



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGUERA

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo simplificado.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

Grandes resultados nascem da disciplina diária.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

O retorno do limite

A queda de Maduro restabelece uma verdade elementar da política internacional que o mundo tentou esquecer: ordem não nasce do consenso; nasce da capacidade de impor limites quando o consenso fracassa

Ana Paula Henkel
09 jan 2026

Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado. Em maio de 2011, já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden, o homem mais procurado do mundo.

Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento. Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo. Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional. A operação que levou Maduro sob custódia americana não inaugura uma era. Ela encerra um intervalo.

A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe. Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico. Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito. Não é.

Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de “golpismo institucional”. Ao contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo em defesa da segurança nacional.

Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda. O que mudou não foi o procedimento. Foi o presidente. [...] O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral da imprensa progressista. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.

Nicolás Maduro não era apenas um ditador autoritário à frente de um estado falido. Ele comandava um regime integrado ao narcotráfico internacional, sustentado por redes transnacionais de crime, com proteção ativa de potências adversárias dos Estados Unidos. A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim. Ignorar isso é fingir que o mundo de 2026 ainda é o de 1996. [...]

A Doutrina Monroe (1823)

Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à

colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. Não era um gesto imperial, mas defensivo. A jovem república americana afirmava que sua segurança dependia da estabilidade estratégica de seu entorno imediato – uma noção elementar de soberania em um sistema internacional ainda regido pela força.

Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta. O que muda não é o princípio, mas o método. Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar, no qual a disputa não se dá mais por colônias formais, mas por infraestrutura crítica, influência política e controle indireto de Estados falidos. [...]

A captura de Maduro não representa assim uma reedição caricata da Doutrina Monroe do século 19. Representa algo mais direto: o reconhecimento de que nenhuma potência pode permitir que seu entorno estratégico imediato se transforme em base avançada de adversários globais. Não se trata de imperialismo. Trata-se de geopolítica elementar.

China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam. Avançaram porque encontraram vácuos. Avançaram porque, durante anos, os Estados Unidos hesitaram, recuaram ou se limitaram a sanções simbólicas. A Venezuela foi o laboratório mais avançado desse processo. A operação que capturou Maduro é, nesse sentido, um freio de arrumação – tardio, mas inequívoco. [...]

A América Latina: antes e depois

Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa. Governos ideologicamente alinhados a regimes autoritários conviviam com democracias frágeis, enquanto a influência chinesa crescia de forma constante, pouco contestada.

Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar Washington – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra. A região voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças. [...]

Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional. O continente, cada vez mais dependente da proteção americana, vive o paradoxo de criticar aquilo que o sustenta. Na Ásia, o recado foi entendido com mais clareza. Precedentes importam. A ideia de que líderes ou estruturas fora do território americano estão automaticamente protegidos por formalismos jurídicos foi relativizada.

O mundo entrou, definitivamente, em uma fase pós-ilusória. A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar. Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento de que a liberdade não se sustenta sozinha – ela exige guardiões dispostos a agir.

O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo em que a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real; em que a simetria moral entre regimes



livres e regimes autoritários se torna insustentável; e em que o Hemisfério Ocidental volta a ser entendido não como zona neutra, mas como espaço civilizacional.

A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. E, desta vez, ela bateu à porta com força suficiente para ser ouvida de leste a oeste.

Fonte: HENKEL, Ana Paula. *O retorno do limite*. <https://revistaeste.com/revista/edicao-304/o-retorno-do-limite/>

01. A partir da leitura do texto e das ideias expostas pela articulista, infere-se de modo incorreto o que se faz presente em:

- a) A imposição da força militar se faz necessária para o estabelecimento da ordem, quando a anuência entre estados não alcança o resultado esperado por meio de sanções diplomáticas inócuas às pretensões de autocratas.
- b) O precedente histórico de ações americanas contra ditadores e terroristas legitima o pensamento favorável à prisão de Nicolás Maduro, na medida em que tais atos se justificam pela existência de um mecanismo legal que desobriga o chefe do executivo de consulta ao Congresso em tais situações.
- c) Segundo a autora, houve tentativa de manipulação dos fatos por parte de um segmento midiático que tentou omitir precedentes históricos e instrumentos jurídicos sobre a captura do ditador citado, a fim de manchar a reputação do atual governo junto à opinião pública.
- d) A ação contra o ditador Nicolás Maduro representa a efetivação da lógica essencial da Doutrina Monroe quanto aos interesses de defesa da segurança estadunidense, contudo, em um outro formato, mais ligado à geopolítica atual que se estabelece pela infraestrutura crítica e influência diplomática sobre estados falidos.
- e) A prisão de Nicolás Maduro possui justificativa Constitucional americana a qual, desde a Doutrina Monroe no século 19, prescinde de mecanismos legais para a ação unilateral do país contra qualquer sinal de ameaça à sua segurança nacional.

02. Analise as afirmações abaixo sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- () Ao ler o título bem como o restante do texto, percebe-se, enquanto defesa autoral, a linha crítica de que certas situações de apatia política exigem repostas firmes por parte de potências globais indiscriminadamente.
- () Mostra-se limitado e superficial o entendimento de que o ditador Nicolás Maduro representasse apenas a imagem de um tirano insensível ao bem-estar do seu povo. Na verdade, revelou-se que a ligação entre o déspota e países rivais ao Estado Americano era muito mais estreita quanto ao narcotráfico e à rede de crimes transnacionais.
- () A ação que levou à captura de Nicolás Maduro representa o fim da interrupção de ações militares já praticadas pelos Estados Unidos ao longo de sua história, em nome da sua segurança nacional.
- () O texto, baseando-se na análise imparcial da mídia progressista, propõe que se redescubra a Constituição americana por considerar golpismo institucional a prisão do líder venezuelano sem consulta prévia ao Congresso local.
- () A Venezuela estava inclusa no grupo de países cuja fraqueza democrática foi analisada pela articulista como causa da forte influência de nações como a China, a fim de estreitarem relações ideológicas e políticas pouco contestadas, consolidando práticas autoritárias e nocivas à democracia local.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) F – V – V – F – V.
- b) F – F – V – F – V.
- c) V – F – V – F – F.
- d) V – V – F – V – V.
- e) F – V – V – F – F.

03. Leia as afirmações abaixo acerca de trechos do texto e seus elementos constitutivos antes de avaliar o que se pede.

- I. Em trechos como “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.” (3º par.); além de “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito.” (3º par.), há em destaque expressões que contextualmente criticam o mesmo segmento social presente ainda na seguinte passagem: “O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral da imprensa progressista. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.” (5º par.)
- II. Em “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de “golpismo institucional”. (4º par.) e “Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar Washington – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra.” (12º par.); nota-se a presença de um recurso estilístico cujas expressões em destaque representam “o governo americano” como associação semântica por substituição de vocábulos, o que contribui para a coesão do texto.
- III. Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.), nota-se em destaque expressões que, no contexto, são referentes à expressão “golpismo institucional” (4º par.), a fim de reforçar a crítica feitas pela articulista.
- IV. Em “Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. Não era um gesto imperial, mas defensivo.” (7º par.), a autora faz uso de uma alusão histórica como justificativa favorável à ação do governo americano a fim de exemplificar como, na prática, a Doutrina Monroe representou, no episódio da Venezuela, um mecanismo jurídico de base legal executada segundo o seu método, contudo alterando sua essência.
- V. Nota-se que a “lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas” (2º par.), ao longo da progressão do texto I, é reiterada como justificativa analítica e crítica em expressões destacadas na seguinte passagem: “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com



abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.).

Pode-se considerar correto, segundo a intencionalidade autoral do texto I e suas ideias presentes, o que foi afirmado acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e V.
- e) II, III e IV.

04. Sobre as regras de Acentuação gráfica, conforme o Novo Acordo vigente da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja análise para as palavras em destaque encontra-se correta.

- a) “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.) – embora possuam tonicidade silábica distinta, os dois vocábulos em destaque são acentuados por possuírem a mesma terminação.
- b) “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas” (2º par.) – as proparoxítonas em destaque serão sempre acentuadas quando forem apenas Adjuntos.
- c) “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso” (3º par.) – as palavras em destaque possuem duas justificativas oficiais para serem acentuadas, o que ocorre em função da dupla possibilidade de prosódia e, consequentemente, de separação silábica aceita na língua portuguesa.
- d) “O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético.” (5º par.) – as palavras em destaque são acentuadas por serem paroxítonas, o que justifica o uso do acento tônico em qualquer situação.
- e) “E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças.” (12º par.) – a terminação de cada monossílabo átono em destaque determina a necessidade ou não do uso do acento tônico, o que diferencia a escrita das duas últimas em relação à primeira.

05. Leia as afirmações abaixo sobre o processo de formação de palavras de cada expressão em destaque antes de julgar o que se pede:

- I. “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora...” (3º par.) – a palavra foi formada por prefixação e, argumentativamente, usada para direcionar a crítica a uma parcela de mídia cuja conduta jornalística se revela parcial, segundo a articulista.
- II. “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada...” (8º par.) – palavra formada por parassíntese com colocação simultânea de prefixo e sufixo, a fim de significar contextualmente as diferentes formas de análise pelas quais a doutrina passou ao longo da história.
- III. “Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar” (8º par.) – as palavras em destaque possuem a presença do mesmo tipo de afixo nas respectivas derivações.
- IV. “A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.) – nota-

se em destaque um substantivo abstrato formado por derivação em relação ao verbo capturar.

V. “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. (14º par.) – o vocábulo foi formado pela colocação de prefixo e de sufixo, alterando a classe morfológica da base primitiva ao transformar-se em Adjetivo.

Pode-se dizer que se encontra incorreto o que foi dito acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I e V.
- e) II, III e IV.

06. Assinale a alternativa cuja indicação de classe morfológica esteja gramaticalmente correta para a expressão em destaque.

- a) “...já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden” (1º par.) – Adjetivo pátrio usado para caracterizar o substantivo precedente, a fim de indicar a exatidão de um topônimo.
- b) “Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento...” (2º par.) – verbo “capturar” de primeira conjugação flexionado na terceira pessoa do singular.
- c) “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.” (3º par.) – Adjetivo usado para caracterizar o Substantivo “detalhe”, expressando valor semântico de “fato anterior ou antecedente”.
- d) “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia.” (4º par.) – Conjunção subordinativa adverbial de modo.
- e) “Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional.” (5º par.) – Artigo definido feminino a fim de especificar o Substantivo “ameaça”.

07. Analise as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto I em fragmentos específicos, antes de julgar o que se pede.

- () “Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional.” (2º par.) – conjunção coordenativa adversativa, podendo, assim, ser substituída pela expressão “todavia” ou “porém”.
- () “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.) – a expressão sublinhada cumpre papel coesivo referencial ao representar contextualmente “a lógica de poder”.
- () “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe. Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico. (3º par.) – a ideia estabelecida entre os dois últimos períodos é a de conclusão, podendo-se inserir o elemento coesivo “Portanto” no início do último, a fim de manter o valor semântico inicial.
- () “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de ‘golpismo institucional’. Ao



contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo em defesa da segurança nacional. (4º par.) – a expressão em destaque estabelece valor de causa no contexto em que fora empregada.

() “O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo em que a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real;” (15º par.) – a expressão em destaque poderia ser corretamente substituída pelo conectivo “onde” a fim de manter o caráter semântico e gramatical no contexto, uma vez que se trata de um pronome relativo exercendo valor anafórico.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) V – V – F – F – V.
- b) F – V – F – V – V.
- c) V – F – V – V – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) V – V – F – V – V.

08. Assinale a alternativa cuja proposição de rescrita de um fragmento do texto I esteja em desacordo com o valor semântico ou a correção gramatical da Língua Portuguesa.

- a) “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda.” (5º par.) / “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, tampouco a legitimidade.”
- b) “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. (16º par.) / “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque os Estados e seus líderes esqueceram das lições mais básicas do poder.
- c) “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta.” (8º par.) / “Ao longo dos séculos, reinterpretou-se, expandiu-se e, por vezes, instrumentalizou-se a doutrina, mas seu núcleo permaneceu intacto: a consolidação de adversários estratégicos, em sua vizinhança direta, não é tolerada por nenhuma grande potência.
- d) “A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.” (6º par.) / “A Venezuela se tornou um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, com passagem por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.
- e) “Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações.” (14º par.) / Por período demasiado, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazer isso, permitiu a consolidação de regimes que não compartilhavam seus valores, mas que se beneficiavam de suas hesitações.

09. A partir das regras da gramática normativa da Língua Portuguesa, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Em “Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento.” (2º

par.), encontra-se em destaque um sintagma preposicionado cuja função sintática exercida é a de Adjunto nominal, na medida em que este termo possui valor paciente em relação ao nome que completa.

b) Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano” (2º par.) o vocábulo em destaque é um índice de indeterminação do sujeito cuja regra de concordância verbal exige a conjugação do verbo ao qual se liga – trata – em terceira pessoa do singular.

c) Em “Ele não é obscuro nem controverso.” (3º par.), a expressão em destaque poderia ser substituída por “tão pouco” a fim de manter a correção e o valor semântico aditivo no contexto.

d) Em “A região voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças.” (12º par.), nota-se a presença de um sujeito simples na primeira oração cujo núcleo é o vocábulo “região”; porém, na segunda, há um sujeito composto cuja concordância atrativa justifica a flexão na terceira pessoa do singular.

e) Em “Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento de que a liberdade não se sustenta sozinha” (14º par.), encontra-se destacada uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

10. Analise as afirmações abaixo sobre justificativas de uso da Pontuação, antes de julgar o que se pede.

() Em “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.), nota-se que as vírgulas foram usadas com o mesmo propósito de isolar Adjuntos Adverbiais deslocados.

() Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.), os dois pontos anunciam uma fala de teor explicativo possuindo natureza catafórica.

() Em “China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam.” (10º par.), a vírgula foi usada para separar topônimos que exercem função sintática de Adjunto Adverbial e que se encontram deslocados no período.

() Em “Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa.” (11º par.) e “Depois da operação, o cenário mudou.” (12º par.), cada vírgula foi usada de forma obrigatória para isolar expressões explicativas no contexto, consideradas essenciais e integrantes da oração.

() Em “Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional.” (13º par.), os dois pontos foram utilizados a fim de anunciarem uma fala de teor explicativo no contexto; a primeira vírgula marca o deslocamento de um termo na oração; já as outras duas vírgulas separam termos de mesma função sintática.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) F – F – V – F – F.
- b) F – V – F – F – F.
- c) V – F – V – V – V.
- d) F – V – F – F – V.
- e) V – V – F – F – V.



11. Considere os polinômios:

$$P(x) = 3x^4 - 5x^3 + 2x - 8$$

$$Q(x) = x^2 - 3x + 2$$

Ao dividir $P(x)$ por $Q(x)$, obtém-se um quociente $S(x)$ e um resto $R(x)$, sendo que o resto deve ter grau menor que 2. Qual é o polinômio que representa corretamente o resto dessa divisão?

- a) $R(x) = -x + 4$
- b) $R(x) = 2x - 8$
- c) $R(x) = -x + 2$
- d) $R(x) = x - 6$
- e) $R(x) = 12x - 20$

12. Um capital de R\$ 6.000,00 é aplicado em juros simples à taxa de 2% ao mês durante x meses. Sabe-se que o montante obtido é de R\$ 8.160,00. Qual é o valor de x ?

- a) 14
- b) 16
- c) 18
- d) 20
- e) 24

13. Considere a palavra: COMBINATORIA (ignorando acento: COMBINATORIA). Quantos anagramas distintos podem ser formados de modo que todas as vogais fiquem juntas?

- a) 151.200
- b) 302.400
- c) 378.000
- d) 453.600
- e) 504.000

14. Uma empresa realizou uma pesquisa interna para saber em quais atividades os funcionários participam. Os resultados foram organizados em três conjuntos:

- A = funcionários que participam do treinamento de segurança.
- B = funcionários que participam do curso de informática.
- C = funcionários que participam do grupo de leitura técnica.

Os conjuntos são:

$$A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$B = \{3, 4, 7, 8\}$$

$$C = \{2, 4, 6, 8, 9\}$$

A gerência deseja identificar quais funcionários participam de exatamente duas das três atividades. Quais funcionários satisfazem essa condição?

- a) $\{2, 3, 4, 6\}$
- b) $\{3, 4, 6, 8\}$
- c) $\{2, 3, 4, 8\}$
- d) $\{2, 4, 6, 8\}$
- e) $\{3, 4, 8\}$

15. A função que descreve o crescimento de uma colônia é: $f(t) = 50 \cdot 2^t$, onde t é o tempo em horas. Após quantas horas o valor de $f(t)$ atinge 1600?

- a) 5
- b) 4
- c) 2
- d) 6
- e) 7

CONHECIMENTOS GERAIS

16. A formação histórica do território do atual Município de Anguera (BA) relaciona-se à presença indígena, à ocupação colonial por meio de concessões de terras e, posteriormente, ao surgimento de um núcleo populacional no século XIX. Considerando esse processo de povoamento, assinale a alternativa correta.

- a) A ocupação inicial do território ocorreu sobretudo com a mineração aurífera no século XVIII, o que levou à criação imediata de um arraial e, em seguida, à emancipação municipal ainda no período imperial.
- b) A origem do núcleo urbano está associada à instalação de um povoado no século XIX, impulsionado por equipamentos comunitários (como capela e escola) e por fluxos regionais de circulação, a exemplo do trânsito de tropeiros e do intercâmbio comercial entre áreas do interior e centros do Recôncavo.
- c) A povoação consolidou-se apenas após a inauguração da BA-052, na década de 1970, sendo inexistentes registros relevantes de núcleo comunitário anterior, o que explica a tardia formação do distrito-sede.
- d) O povoamento foi predominantemente promovido por imigração europeia organizada no início do século XX, ligada à cafeicultura, com criação de colônias agrícolas oficiais no território do município.
- e) A principal base do povoamento foi a instalação de um grande porto fluvial no século XIX, responsável por atrair comércio internacional e estabelecer Anguera como entreposto do Recôncavo, substituindo a centralidade de Cachoeira.

17. O processo de emancipação política de diversos municípios baianos ocorreu principalmente ao longo do século XX, quando distritos pertencentes a municípios maiores passaram a reivindicar autonomia administrativa. Nesse contexto, considerando a formação político-administrativa do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

- a) O município de Anguera foi criado por meio da Lei Estadual nº 1.558, de 20 de novembro de 1961, quando o então distrito, anteriormente pertencente ao município de Feira de Santana, foi desmembrado e elevado à categoria de município.
- b) A emancipação política de Anguera ocorreu ainda no período imperial, quando o povoado de Almas foi elevado diretamente à condição de município por decreto da Coroa Portuguesa, desvinculando-se do território de Cachoeira.
- c) A criação do município ocorreu após a Constituição Federal de 1988, que determinou a reorganização territorial da Bahia e promoveu a emancipação automática de diversos distritos do interior do estado.
- d) A emancipação política de Anguera foi resultado de um processo de fusão administrativa entre os municípios de Serra Preta e Feira de Santana, que originou uma nova unidade territorial autônoma.
- e) O município de Anguera foi criado durante a década de 1930, no contexto das reformas administrativas promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, que reorganizaram os territórios municipais da Bahia.

18. A Constituição Federal e as leis orgânicas municipais frequentemente estabelecem competências compartilhadas entre os entes federativos, visando à cooperação administrativa na promoção do interesse



público. Nesse contexto, de acordo com o Art. 19 da Lei Orgânica do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

- a) É competência comum do Município, da União e do Estado combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- b) A fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais constitui atribuição exclusiva da União, sendo vedada a atuação municipal.
- c) A implantação de políticas de educação para segurança no trânsito constitui competência exclusiva dos municípios, não cabendo atuação da União ou dos Estados.
- d) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição são competências exclusivamente municipais, não podendo ser exercidas de forma compartilhada.
- e) A promoção de programas habitacionais é vedada aos municípios, por se tratar de competência exclusiva da União.

19. A Lei Orgânica do Município de Anguera estabelece, em seu Art. 18, diversas competências privativas atribuídas ao Poder Público municipal. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Município legislar exclusivamente sobre matérias de direito penal e processual penal.
- b) Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- c) Compete ao Município editar normas gerais sobre comércio exterior e relações internacionais.
- d) Compete ao Município legislar sobre o sistema monetário nacional e a política cambial.
- e) Compete ao Município disciplinar exclusivamente matérias relacionadas ao direito eleitoral.

20. Em dezembro de 2025, ocorreu em Nairóbi, no Quênia, uma importante reunião internacional voltada à agenda ambiental global. O encontro reuniu ministros, organizações internacionais e representantes da sociedade civil para discutir soluções para desafios ambientais e climáticos globais. Esse evento corresponde à:

- a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
- b) Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Segurança Global.
- c) Sétima Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-7).
- d) Conferência Internacional do G20 sobre Transição Energética.
- e) Cúpula Internacional da Organização Mundial do Comércio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui forte relação com os processos históricos de exclusão educacional e social. No campo filosófico da educação, diversos autores defendem que a escola deve atuar não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas também como instrumento de emancipação humana e transformação social. Nesse sentido, considerando a relação entre educação e sociedade na perspectiva crítica, é correto afirmar que:

- a) A educação deve priorizar exclusivamente a transmissão de conhecimentos científicos, mantendo neutralidade frente às desigualdades sociais.
- b) A função da escola é reproduzir os valores dominantes da sociedade, garantindo a estabilidade social independentemente das desigualdades existentes.
- c) A educação deve promover a formação crítica do sujeito, possibilitando a compreensão das estruturas sociais e a participação ativa na transformação da realidade.
- d) A educação deve concentrar-se na preparação técnica para o mercado de trabalho, evitando discussões sobre questões sociais ou políticas.
- e) A escola deve atuar de forma neutra em relação às relações de poder existentes na sociedade.

22. A Educação de Jovens e Adultos envolve sujeitos com trajetórias sociais diversas, frequentemente marcadas por desigualdades socioeconômicas, experiências de trabalho precoce e interrupções na escolarização. À luz das discussões socioculturais sobre educação e sociedade, a prática pedagógica na EJA deve:

- a) Considerar os conhecimentos prévios e as experiências de vida dos educandos como elementos constitutivos do processo educativo.
- b) Desconsiderar as experiências sociais dos estudantes para garantir a neutralidade científica do ensino.
- c) Padronizar os conteúdos e métodos de ensino, independentemente das trajetórias sociais dos estudantes.
- d) Priorizar exclusivamente os conteúdos formais do currículo, sem articulação com a realidade social dos educandos.
- e) Estabelecer uma relação hierárquica rígida entre professor e aluno, limitando a participação discente.

23. A relação entre educação e pobreza constitui tema central nas políticas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos, cuja clientela frequentemente é composta por sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Considerando essa relação, é correto afirmar que:

- a) A pobreza é exclusivamente consequência da baixa escolaridade, não havendo influência de fatores estruturais da sociedade.
- b) O acesso à educação formal, por si só, elimina automaticamente as desigualdades socioeconômicas.
- c) A pobreza não interfere no processo de aprendizagem, uma vez que a escola possui autonomia pedagógica completa.
- d) As condições socioeconômicas influenciam as trajetórias escolares, exigindo políticas educacionais inclusivas e estratégias pedagógicas contextualizadas.
- e) As políticas educacionais devem priorizar estudantes com melhor desempenho para aumentar os indicadores de qualidade educacional.

24. A Educação de Jovens e Adultos é frequentemente associada à promoção da cidadania, especialmente em contextos de exclusão educacional histórica. Nesse sentido, a educação voltada à formação cidadã deve:

- a) Priorizar exclusivamente conteúdos técnicos voltados ao mercado de trabalho.
- b) Limitar-se ao ensino da leitura e da escrita, sem articulação com a participação social.
- c) Estimular a participação crítica dos educandos na vida social, política e cultural.
- d) Evitar debates sobre direitos sociais e políticos para preservar a neutralidade pedagógica.



e) Restringir-se à transmissão de normas legais, sem estimular reflexão crítica.

25. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a diversidade cultural dos estudantes constitui elemento central para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, o pluralismo cultural no ambiente escolar pressupõe:

- a) A substituição dos conhecimentos culturais dos estudantes pelos saberes científicos considerados universais.
- b) A valorização e o diálogo entre diferentes culturas presentes na escola, reconhecendo-as como constitutivas do processo educativo.
- c) A uniformização das práticas pedagógicas para garantir igualdade de tratamento entre os estudantes.
- d) A neutralização das diferenças culturais no ambiente escolar para evitar conflitos entre os estudantes.
- e) A priorização exclusiva da cultura dominante como referência para o currículo escolar.

26. Considerando a relação entre educação e diversidade cultural no ambiente escolar, assinale a alternativa que expressa uma prática pedagógica coerente com os princípios da educação intercultural.

- a) Adotar exclusivamente conteúdos curriculares universalizados, evitando referências culturais locais.
- b) Utilizar práticas pedagógicas padronizadas para garantir uniformidade no processo de ensino.
- c) Reconhecer e integrar as diferentes manifestações culturais dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem.
- d) Evitar debates sobre identidade cultural para preservar a neutralidade pedagógica.
- e) Priorizar conteúdos culturais dominantes como forma de integração social dos estudantes.

27. A proposta pedagógica de uma escola constitui documento fundamental para a organização do trabalho educativo, expressando a identidade institucional e orientando as práticas pedagógicas. Nesse sentido, é correto afirmar que a proposta pedagógica:

- a) Deve ser elaborada exclusivamente pela equipe gestora, garantindo maior eficiência administrativa.
- b) Representa um documento técnico-administrativo voltado apenas à organização burocrática da escola.
- c) Tem caráter permanente e imutável, devendo ser seguida rigidamente independentemente das mudanças sociais.
- d) Deve limitar-se à definição dos conteúdos curriculares a serem trabalhados pelos professores.
- e) Deve ser construída coletivamente pela comunidade escolar, expressando princípios, objetivos e estratégias educativas.

28. No que se refere aos eixos norteadores da proposta pedagógica escolar, é correto afirmar que eles:

- a) Limitam-se à organização do calendário escolar e das atividades administrativas.
- b) Referem-se exclusivamente aos conteúdos curriculares previstos nas diretrizes nacionais.
- c) São definidos apenas pela legislação educacional, sem participação da comunidade escolar.
- d) Dizem respeito apenas aos métodos de avaliação utilizados pelos professores.
- e) Correspondem às diretrizes que orientam as práticas educativas e a organização do trabalho pedagógico da escola.

29. O acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica constituem etapas fundamentais para a efetividade do trabalho educativo. Nesse contexto, a avaliação da proposta pedagógica deve:

- a) Ocorrer exclusivamente ao final do ano letivo, sem necessidade de revisões ao longo do processo.
- b) Priorizar apenas indicadores quantitativos de desempenho escolar.
- c) Ser conduzida apenas pela equipe gestora, sem participação docente.
- d) Ser contínua e participativa, permitindo ajustes nas práticas pedagógicas e na organização escolar.
- e) Limitar-se à verificação do cumprimento do currículo oficial.

30. Diversas teorias sociológicas da educação discutem o papel da escola na sociedade, especialmente no que se refere à reprodução ou à transformação das desigualdades sociais. A perspectiva crítica da educação defende que a escola deve:

- a) Limitar-se à reprodução dos valores e normas sociais dominantes.
- b) Atuar como espaço de reflexão e formação crítica, possibilitando a compreensão e transformação das estruturas sociais.
- c) Manter neutralidade frente às desigualdades sociais existentes.
- d) Priorizar exclusivamente a preparação técnica para o mercado de trabalho.
- e) Evitar discussões sociais ou políticas no processo educativo.

31. Autores da sociologia da educação apontam que a escola pode desempenhar simultaneamente funções de reprodução social e de emancipação crítica. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A escola possui função exclusivamente emancipatória na sociedade.
- b) A escola reproduz integralmente as desigualdades sociais, não havendo possibilidade de transformação por meio da educação.
- c) A escola atua como espaço neutro, sem relação com as estruturas sociais.
- d) A escola pode reproduzir desigualdades sociais, mas também pode promover processos educativos que contribuam para a transformação social.
- e) A função social da escola limita-se à transmissão de conteúdos curriculares.

32. No contexto da prática pedagógica contemporânea, a organização da interação em sala de aula envolve diferentes dimensões do processo educativo, incluindo o papel do professor, a participação do aluno, o uso dos tempos e espaços pedagógicos e a natureza dos conteúdos escolares. Considerando essa perspectiva, os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais correspondem, respectivamente, a:

- a) Conhecimentos científicos sistematizados; métodos e estratégias de aprendizagem; valores, atitudes e normas de convivência social.
- b) Conteúdos curriculares obrigatórios; atividades avaliativas; normas disciplinares.
- c) Informações memorizadas; atividades recreativas; comportamentos espontâneos dos estudantes.
- d) Conteúdos teóricos; avaliações somativas; regras administrativas da escola.



e) Informações enciclopédicas; práticas pedagógicas padronizadas; condutas disciplinadoras.

33. A interação pedagógica em sala de aula envolve a articulação entre diferentes elementos do processo educativo, incluindo o papel do professor, o protagonismo do estudante e a organização dos tempos e espaços escolares. Nesse contexto, uma prática pedagógica coerente com abordagens contemporâneas da educação deve:

- a) Centralizar o processo educativo na transmissão de conteúdos pelo professor.
- b) Organizar rigidamente o tempo e o espaço da aula, limitando a participação discente.
- c) Priorizar exclusivamente a memorização de conteúdos curriculares.
- d) Promover a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento.
- e) Reduzir o papel do professor à simples mediação administrativa das atividades.

34. De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a educação escolar brasileira organiza-se em níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, constitui modalidade da educação básica prevista na legislação:

- a) Educação corporativa.
- b) Educação de Jovens e Adultos.
- c) Educação tecnológica superior.
- d) Educação empresarial.
- e) Educação profissional de nível superior.

35. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o princípio da gestão democrática do ensino público implica:

- a) A centralização das decisões educacionais nas secretarias de educação.
- b) A participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na gestão da escola.
- c) A definição exclusiva do projeto pedagógico pelos órgãos administrativos superiores.
- d) A substituição da autonomia escolar por diretrizes administrativas padronizadas.
- e) A limitação da participação da comunidade aos processos avaliativos.

36. Segundo a Lei nº 9.394/1996, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- a) Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- b) Ensino superior gratuito para toda a população.
- c) Educação profissional obrigatória a todos os estudantes da educação básica.
- d) Ensino médio facultativo para jovens entre 15 e 17 anos.
- e) Atendimento educacional exclusivamente presencial em todas as etapas da educação básica.

37. Diferentes teorias da aprendizagem oferecem fundamentos para a organização das práticas pedagógicas. A teoria construtivista, associada principalmente às contribuições de Jean Piaget, defende que a aprendizagem ocorre:

- a) Pela construção ativa do conhecimento pelo sujeito em interação com o meio.

b) Por meio da repetição mecânica de conteúdos transmitidos pelo professor.

c) Exclusivamente pela observação de comportamentos modelados pelo professor.

d) Pela memorização sistemática de informações transmitidas pela escola.

e) Pela reprodução fiel dos conteúdos presentes nos livros didáticos.

38. A teoria histórico-cultural da aprendizagem, associada às contribuições de Lev Vygotsky, enfatiza o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Nesse contexto, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) refere-se:

a) Ao conjunto de conteúdos que o estudante já domina de forma autônoma.

b) À capacidade de memorização imediata de novos conteúdos.

c) Ao tempo necessário para a assimilação de novos conceitos.

d) À distância entre o currículo escolar e os conhecimentos prévios dos estudantes.

e) Ao intervalo entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial do aprendiz.

39. No âmbito das políticas educacionais contemporâneas, o debate sobre acesso, permanência e qualidade da educação envolve a compreensão de que a garantia do direito à educação ultrapassa a simples matrícula escolar. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) A universalização do acesso à escola é suficiente para garantir a qualidade da educação.

b) A permanência escolar depende exclusivamente do esforço individual dos estudantes.

c) O direito à educação pressupõe políticas que assegurem acesso, permanência e aprendizagem significativa.

d) A qualidade da educação deve ser medida exclusivamente pelos índices de aprovação escolar.

e) O acesso à educação é responsabilidade exclusiva das famílias, cabendo ao Estado apenas a oferta de vagas.

40. A discussão sobre permanência escolar está diretamente relacionada às condições institucionais, pedagógicas e sociais que influenciam o percurso educacional dos estudantes. Nesse contexto, constitui estratégia coerente com a promoção da permanência e da qualidade da educação:

a) A adoção de práticas pedagógicas flexíveis que considerem as necessidades e trajetórias dos estudantes.

b) A redução das exigências curriculares para evitar evasão escolar.

c) A adoção exclusiva de avaliações classificatórias para identificar os estudantes com melhor desempenho.

d) A padronização rígida das práticas pedagógicas independentemente do contexto escolar.

e) A responsabilização individual dos estudantes pelos resultados educacionais.

